



Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Soure



PARTE I

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO ANO DE 2024



Índice

PARTE I

Órgãos Sociais	4
1. Introdução	5
2. Dinâmica Institucional	6
2.1. Respostas e Serviços	6
2.1.1. C.A.T.L. integrado	6
2.1.2. Centro de Recursos para a Inclusão (CRI)	7
2.1.3. Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)	7
2.1.4. SAD- Serviço de Apoio Domiciliário	7
2.1.5. Lar Residencial e Residência de Autonomização e Inclusão (RAI)	8
2.1.6. Formação Profissional	8
2.1.7. JardimSoure	9
2.1.8. Secção de Desporto – Clube de Atletismo – SOUREMOV	9
2.2. Atividades Complementares	10
2.2.1. Mês de Janeiro	10
2.2.2. Mês de Fevereiro	10
2.2.3. Mês de Março	11
2.2.4. Mês de Abril	12
2.2.5. Mês de Maio	12
2.2.6. Mês de Junho	13
2.2.7. Mês de Julho	14
2.2.8. Mês de Agosto	14
2.2.9. Mês de Setembro	15
2.2.10. Mês de Outubro	15
2.2.11. Mês de Novembro	15
2.2.12. Mês Dezembro	16
3. Recursos Humanos	17
4. Equipamentos e Infra-Estruturas	17
4.1. Infra-estruturas	17
5. Assembleias Gerais	18
6. Parceiros	18
7. Considerações Finais	19



PARTE II

Análise da Situação Económica e Financeira		20
I.	Introdução	21
II.	Enquadramento Macroeconómico em 2024 e Perspetivas de Evolução 21	21
III.	Contexto e enquadramento legal 22	22
IV.	Rendimentos e gastos	23
V.	Demonstrações Financeiras	24
VI.	Anexo	30



Órgãos Sociais

Assembleia Geral	
Presidente	António José Martinho dos Santos Mota
Primeiro secretário	Ana Patrícia Ramos Beja
Segundo-secretário	Carlos Alberto Conceição Santos

Conselho Fiscal	
Presidente	Ivo Gil Martins Costa
1º Vogal	Manuel António Miranda Góis
2º Vogal	Carlos Alberto Murgeiro Freitas
Suplente	Ilídio de Sousa Silvestre Seco
Suplente	José Manuel Vasconcelos Lopes
Suplente	José Manuel Coelho Bernardes

Direção	
Presidente	Cidália Maria Madeira Neves
Vice-presidente	Marcelino Pires dos Santos Melo
Tesoureiro	André da Costa Duarte
Secretário	Jorge Manuel Duque Sequeira Machado
Vogal	Célia Maria da Silva Santana
Suplente	Tânia Cristina Viegas Santos Mota
Suplente	Carlos Luís Machado Tavares
Suplente	Manuel Luís Ramos
Suplente	Manuel Martins Elias
Suplente	João Eduardo Dias Madeira Gouveia



1. Introdução

O Plano de Atividades elaborado para o ano de 2024 foi cumprido na sua totalidade, tendo em conta os objetivos perspetivados. Cientes da mudança de Paradigma e da realidade do envelhecimento dos nossos clientes, a APPACDM de Soure, pauta-se por acompanhar as políticas públicas na sua intervenção na comunidade. Assim as nossas respostas acompanham todas as fases do ciclo de vida dos cidadãos, desde a infância, à idade adulta (com respostas de capacitação e integração pelo trabalho), bem como no envelhecimento (através do Lar Residencial e Residência de Autonomização e Inclusão). Só assim acreditamos poder fazer da inclusão uma realidade.

A APPACDM de Soure propôs-se a pôr em prática um conjunto de acções que visaram alcançar o seu primordial objectivo:

- Desenvolver competências básicas e aptidões sociais do cidadão portador de deficiência intelectual e incapacidade, com vista à promoção do sucesso pessoal e ao seu enquadramento no seio da comunidade, tendo em conta o Paradigma da Desinstitucionalização.
- Desenvolver competências socioprofissionais dos ativos empregados e desempregados, através do desenvolvimento de Ações de Formação Profissional que permitem a dupla certificação escolar e profissional.

Foi a partir destes objetivos gerais que foram traçados os seguintes objetivos operacionais, sobre os quais o esforço da nossa ação incidiu, nomeadamente:

- Apoiar a estrutura funcional e operacional ao nível dos equipamentos e instalações;
- Apoiar a integração em mercado normal de trabalho a população portadora de deficiência mental e/ou com dificuldades de adaptação ao meio socioprofissional;
- Planificar atividades culturais e recreativas, de carácter Institucional e Comunitárias.

2. Dinâmica Institucional

2.1. Respostas e Serviços

A política social da APPACDM de Soure tem como filosofia de base uma perspectiva integrativa e globalizante da melhoria da qualidade de vida do cidadão com deficiência, incapacidade e em situação de desvantagem, nas áreas da reabilitação, educação e qualificação profissional. Todo e qualquer ser humano possui um potencial a explorar, quer a nível intelectual e laboral, quer na promoção do desenvolvimento afetivo e psicossocial.

A APPACDM de Soure privilegia o recurso a sinergias comunitárias numa dialética que não se pretende unidirecional, pelo contrário pretendemos contribuir para a dinâmica comunitária e constituirmo-nos como uma mais-valia e parceiro social.

Em 2024, esta Instituição continuou a operar as respostas sociais: CATL (33 crianças), CACI (49 clientes), SAD (10 clientes), Lar Residencial (20 clientes), RAI (5 clientes), na área da Formação Profissional, nomeadamente na Qualificação das Pessoas com Deficiências ou Incapacidades – medida 3.01, num total de 53 formandos e Centro de Recursos para a Inclusão (31 crianças com necessidades educativas especiais). Em termos de Projeto de integração socio/profissional possuímos a medida Emprego Apoiado em Mercado Aberto denominado Empresa de Jardinagem JardinSoure (6 colaboradores).

2.1.1. CATL Integrado

No que concerne à valência do CATL Integrado, a política de atuação durante o ano de 2024, regeu-se por dar continuidade aos objectivos propostos em anos anteriores.

Esta resposta funciona na “Antiga Escola Básica nº2 de Soure”, espaço cedido pela Câmara Municipal de Soure, através de um protocolo de parceria. Foram efetuadas obras de melhoramento no equipamento.



2.1.2. Centro de Recursos para a Inclusão

Aprovação e renovação da candidatura da acreditação do Centro de Recursos para a Inclusão para o ano de 2024/2025. Apoiamos 31 crianças com necessidades educativas especiais no Agrupamento de Escola de Soure, através das Terapeuta da Fala, Terapeuta Ocupacional e Fisioterapeuta.

2.1.3. Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)

No âmbito desta valência foram desenvolvidas diversas actividades funcionais visando a promoção da integração dos clientes, na comunidade de uma forma global. Actualmente esta resposta apoia cerca de 49 clientes. Procedeu-se já á reclassificação dos colaboradores, afetos a esta resposta social, no entanto muito falta ainda fazer na implementação desta resposta, tendo em atenção a promoção da qualidade de vida dos clientes, possibilitando um maior acesso à comunidade, aos seus recursos e actividades, e que estas se constituam como meio de capacitação para a inclusão, em função das respetivas necessidades individuais, capacidades e nível de funcionalidade.

2.1.4. SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

Esta valência, direccionada a apoiar 10 clientes portadores de deficiência intelectual e seus familiares, na área concelhia de Soure, manteve em 2024 a resposta social prestada, dando continuidade aos objetivos propostos nos anos anteriores. Através da candidatura ao PRR, serão realizadas obras de melhoria na cozinha e lavandaria. Esta é sem dúvida uma resposta que necessita de serviços melhorados, face ao envelhecimento dos nossos clientes e à falta de retaguarda familiar. O Serviço de Apoio Domiciliário da APPACDM de Soure vai prestar cuidados mais personalizados, permitindo uma autonomia de vida, tentando ao máximo manter os clientes em suas casas, sem recurso à institucionalização.

2.1.5. Lar Residencial e Residência de Autonomização e Inclusão (RAI)

Esta resposta social de Lar Residencial, apoia 20 clientes de carácter permanente, destina-se a apoiar jovens/adultos portadores de deficiência mental e seus familiares com idades superiores ou iguais a 16 anos. A vulnerabilidade da deficiência decorre dos seus contextos de vida, e o grande desafio da nossa resposta LRE, pauta-se pelo envelhecimento dos nossos clientes e das suas comorbilidades.

A APPACDM de Soure possui ainda uma Residência Autónoma para 5 clientes, que funciona numa moradia, para jovens/adultos que apresentam capacidade de viver de forma autónoma. Estes, mediante apoio individualizado, têm um projeto de vida autónomo e inclusivo. Em Janeiro de 2024 foram aprovadas 5 acordos de cooperação, com retroativos a Dezembro de 2023.

2.1.6. Formação Profissional

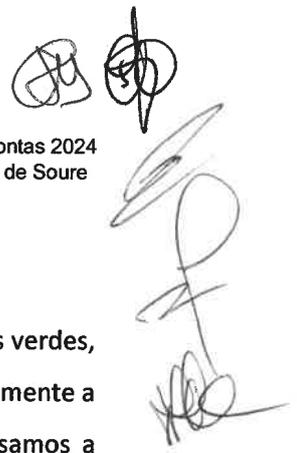
A Formação Profissional tem como principal objetivo promover a inclusão social, a igualdade de oportunidades e a empregabilidade. Esta formação capacita os participantes para um mercado de trabalho exigente, focando-se em objetivos fundamentais, tais como:

- Reforçar a coesão social e a qualidade de vida;
- Valorizar os direitos e promover a dignidade;
- Combater a discriminação e melhorar as qualificações.

Para além da vertente profissional, a formação contribui igualmente para o desenvolvimento pessoal e social dos formandos, fortalecendo a autoestima, as competências interpessoais e a cidadania ativa.

No decorrer do ano de 2004, a formação profissional deu continuidade à Operação POISE-03-4215-FSE-000047, com 5 ações da tipologia B e 5 ações da tipologia C, abrangendo um total de 53 formandos.

No início do mês de dezembro, teve início uma nova operação no âmbito do PESSOAS 2030, com 5 ações da tipologia C, envolvendo 30 formandos e um reforço da equipa de formadores, que passou a contar com 10 profissionais.



2.1.7 JardinSoure

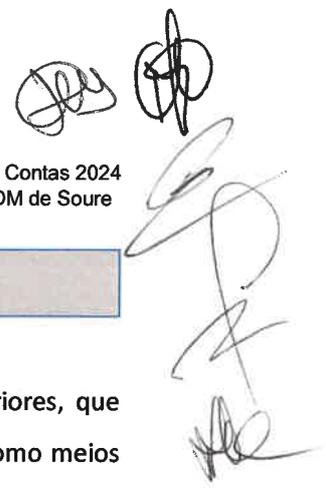
A JardinSoure é uma empresa ligada ao ramo da jardinagem e manutenção de espaços verdes, que existe desde 1999 e presta serviços a mais de meia centena de clientes fixos. Inicialmente a funcionar como Empresa de Inserção, com a extinção desta medida, em 2016 passamos a laborar uma resposta socio/profissional como medida de apoio apoiado em mercado aberto.

2.1.8 Secção de Desporto – Clube de Atletismo – SOUREMOV

O Soure Mov é um clube desportivo autónomo associado à APPACDM de Soure, fundado em 2016. Com a missão de promover a prática desportiva saudável e a inclusão, o clube tem sido um pilar na comunidade, inspirando pessoas de todas as idades a participarem em atividades físicas e eventos comunitários.

Entre os eventos organizados, destacam-se o “Cross Trail Soure 1111” e a “Corrida Soure 1111”, celebrações que combinam desafio desportivo e homenagem à história local, remetendo à fundação do concelho no ano de 1111. Estas iniciativas não só reforçam a identidade cultural, mas também promovem o bem-estar e o espírito de camaradagem.

A equipa participa ainda em competições regionais e nacionais, como provas de atletismo, trail running, estrada e triatlo, representando Soure com entusiasmo e determinação. O Soure Mov é um exemplo brilhante de como o desporto pode transformar vidas, unindo a comunidade e promovendo valores de solidariedade e superação.



2.2. Atividades Complementares

Neste âmbito foi levado a cabo um vasto programa, assim como em anos anteriores, que permitiu aos nossos clientes a manutenção de atividades recreativas e culturais, como meios constituintes e facilitadores de inclusão social.

Ao longo de 2024 foram promovidas as seguintes ações:

2.2.1. Mês de Janeiro

Dia 5- Festejos do Dia dos Reis, no CACI, LRE e CATL;

Dia 21- 3ª Corrida Soure 1111. Participação dos clientes de CACI na elaboração dos troféus atribuídos aos atletas;

Dia 24- Celebração do Dia Mundial para a Cultura Africana e Afrodescendente (foram realizados trabalhos sobre os diversos Países e um showcooking de moamba de frango e gelado de banana).

2.2.2. Mês de Fevereiro

Dia 6- 21ª Edição do Dia da Internet segura, sob o mote “Juntos por uma Internet melhor”, com a colaboração da GNR (Guarda Nacional Republicana), através dos agentes Luis Machado e Edgar Medina. Esta ação decorreu no ginásio da APPACDM de Soure e teve a participação de todas as respostas sociais.

Dia 9- Baile de Carnaval no CACI do Alvorge, promovido pela Santa Casa da Misericórdia do Alvorge. Participaram clientes de Lar Residencial e RAI.

Dia 12- Baile de Carnaval, efetuado nas Instalações da APPACDM de Soure, para os clientes das respostas sociais CACI, SAD, LRE e RAI.

Dia 14 - Celebração do Dia da Amizade, com a dinamização teatral e entrega de prendas simbólicas realizadas pelos clientes de CACI.

Dia 16- Desfile de Carnaval, promovido pela Câmara Municipal de Soure, sobre o tema “Viver em Liberdade”.



Dia 21- Recebemos os alunos do 9º ano do AEMAS (Agrupamento de Escolas Martinho Áreas de Soure), em uma ação de voluntariado, sobre o tema “Missão Planeta 2030. Viver em Soure, liberdade de Agir.” A responsável pela atividade foi a professora Sílvia Ramalho.

Dia 21- A convite da Eugénia Batista, responsável pelo Projeto “Cantinho dos Girassóis” em Tapéus, os nossos clientes de CACI e Lar Residencial foram visitar o espaço e participar em diversas atividades na natureza e com os animais da quinta.

2.2.3. Mês de Março

Dia 2- XX Passeio Todo-o-Terreno, promovido pelo Clube Tração Total Aventuras de Soure. Um dia cheio de emoção, associado a um grande almoço de família, e que culmina numa tarde sempre muito animada, na expectativa do passeio do ano seguinte. Foi efetuada uma homenagem ao cocriador desta iniciativa António Pinhão, atribuindo-lhe o nome de uma sala de CACI;

Dia 8- Celebração do Dia da Mulher;

Dia 16- Passeio a Fátima com os clientes de Lar Residencial e RAI. A visita ao Santuário é sempre um dos mais solicitados anualmente, pelos próprios;

Dia 19- Comoração do Dia do Pai, através da elaboração de pequenas lembranças pelos clientes do CATL, CACI, LRE e RAI;

Dia 22- Parceria com a Radio Popular de Soure, através de uma ação interativa com a rádio local, entre os locutores e os clientes de CACI;

Dia 22- Dinamização de atividades e exploração da cultura Brasileira, através de alguns temas abordados nas salas e realização de showcooking, sobre pratos típicos do Brasil;

Dia 23 e 24- Dinamização Cultural e histórica na recriação de um mercado de Soure na época dos Templários, pelo Grupo de Danças e Cantares da APPACDM de Soure, promovido pelo Município de Soure;



2.2.4. Mês de Abril

Dia 6- Participação dos Batukes no III Encontro de Gaiteiros, promovido pela Junta de Freguesia de Soure. Esta atividade realizou-se nas ruas da Vila de Soure e contou com a participação de todos os grupos de gaiteiros e percussão do Concelho;

Dia 9 e 10- Visita de acompanhamento do ISS, ao CACI, SAD, Lar Residencial e RAI pela Técnica Dr^a Cristina Andrade;

Dia 18- Participação da APPACDM de Soure, através da Diretora Técnica, para avaliação externa da AEMAS;

Dia 23- Participação no XIX Encontro Nacional de Ranchos Folclóricos no Entroncamento, com o Grupo de Danças e Cantares da APPACDM de Soure. Este convite foi feito pelo CERE (Centro de Ensino e Recuperação do Entroncamento);

Dia 24- Comemorações do 25 de Abril, com almoço convívio entre todas as respostas sociais;

Dia 28- Organização do VII Cross Trail Soure 1111.

2.2.5. Mês de Maio

Dia 4 – Ação de voluntariado dos Escoteiros Caminheiros da Região de Coimbra. Esta atividade foi efetuada com os clientes de Lar Residencial e RAI;

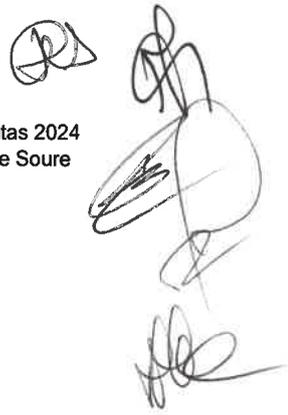
Dia 6 e 7- Participação na Campanha de Recolha de bens alimentares, pelo Banco Alimentar contra a Fome, por clientes de Lar Residencial e RAI, no Intermarché de Soure;

De 9 de Maio a 2 de Junho levamos a cabo mais uma Campanha do Pirlampo Mágico sob o tema “A magia da solidariedade está a chegar”;

Dia 9- Comemorações do Dia do Bombeiro, através de uma ação de sensibilização dos Bombeiros Voluntários de Soure, que se realizou no espaço exterior. Os clientes tiveram a oportunidade de andar de carro, ver como funciona a agulheta entre muitas outras simulações;

Dia 15- Celebração do Dia da Família, através da celebração da Eucaristia pelo Padre José Cunha, que se seguiu de um almoço partilhado pelos familiares dos nossos clientes, colaboradores e Direção. De tarde a atuação da Tuna contou com a presença do Tiago Nogueira dos quatro e meia, que muito nos honrou;

Dia 30- Participação dos clientes de Lar Residencial e RAI, na eucaristia e procissão do Corpo de Deus.



2.2.6. Mês de Junho

Dia 1- Festejos do Dia Mundial da Criança no CATL;

Dia 2- 8º Aniversário da Soure Mov;

Dia 3- II ação de voluntariado dos alunos do 9º ano do AEMAS (Agrupamento de Escola Martinho Áreas de Soure), numa ação de voluntariado, sobre o tema “Missão Planeta 2030. Viver em Soure, liberdade de Agir”. A responsável pela atividade foi a professora Sílvia Ramalho;

Dia 3- Assinatura do Contrato Programa no Salão Nobre da Câmara Municipal de Soure, da atividade regular do Associativismo (Grupo de Danças e Cantares, Tuna, Batukes e Marchas da Vila de Soure);

Efetuaram-se diversas idas à praia (Buarcos, Figueira da Foz e Praias Fluviais). Estas atividades foram direcionadas para os clientes de CACI, CATL Integrado, SAD, CRI, Lar Residencial e RAI;

Dia 14- Atuação da Marcha da Vila de Soure, levada a cabo pela APPACDM de Soure na 13ª Edição das Marchas Populares na Noite Branca de Coimbra, promovida pela APBC;

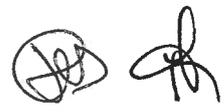
Dia 21- Atuação da Marcha da Vila de Soure nas Festas em Paleão;

Dia 22- Atuação da Marcha da Vila de Soure no nosso Festival, intitulado “Marchas da Vila de Soure”. Este Festival é promovido pela Junta de Freguesia de Soure, trazendo cerca de 200 marchantes, oriundos de várias locais do país, nomeadamente: Marcha do Município de Pombal, Marcha do CACI do Alvorge, Marcha da Cercipom, Marcha da Casa de Saúde Rainha Santa Isabel” As Rosinhas” e a Marcha de S. Martinho; Grupo Artístico da Ribeira de Frades; Marcha de Gavinhos. É de salientar o voluntarismo das cabeleireiras Carla Costa e Sofia Gaspar, bem como das maquilhadoras Liliana Porto e Margarida Ferreira. Este ano a gravação da música foi efetuada pela Banda do Cercal;

Dia 24- Atuação da Tuna da APPACDM de Soure nas Residências Montepio em Coimbra;

Dia 27- Dia de Batismo de voo, promovido pelos Cavaleiros do Céu, no aeródromo de Marrazes em Leiria, com o Tema “Vamos Voar! As Diferenças ficam em terra”;

Dia 29- Participação da Marcha da Vila de Soure no Encontro de Marchas da Casa de Saúde Rainha Santa Isabel em Condeixa;



2.2.7. Mês de Julho

Dia 11- Participação do Grupo de Danças e Cantares da APPACDM de Soure no Dia da Juventude “Volta ao Mundo em 80 passos”, promovido pela APPACDM da Anadia, para workshop de dança tradicional Portuguesa;

Dia 19- XIX Encontro de Danças e Cantares, promovido pela APPACDM de Soure. Participaram as “Rosinhas” da Casa de Saúde Rainha Santa Isabel, o Rancho do CACI do Alvorge, os Batukes e os ELUS da Cooperativa Deliciosas Diferenças, CRL. O evento realizou-se no Largo do Mercado Municipal;

Dia 24- Atuação da Tuna da APPACDM de Soure nas Festas de S. Tiago;

Dia 25- Encontro Intergeracional, promovido pelo CLDS. Participaram clientes de CATL, Lar Residencial, RAI e CACI. A Tuna da APPACDM de Soure, dinamizou a tarde cultural;

Dia 25- Os clientes de Lar Residencial e RAI, participaram na eucaristia e na procissão das velas, em honra de S. Tiago;

Dia 26- Arruada efetuada pelos Batukes nas ruas da Vila de Soure;

Dia 27- Participação da Marcha da Vila de Soure, nas Festas do Pinheiro.

2.2.8. Mês de Agosto

Dia 26- Ida ao circo Marisol, em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Soure;

De 26 a 30 de Agosto- Realização de Colónia de Férias, cofinanciada pelo INR, na Pousada da Juventude da Areia Branca. Participaram 30 clientes de todas as respostas sociais e 6 colaboradores;

Dia 28- Passeio do CACI à Praia da Figueira e picnic na Fonte da Pedra;

Passeios a Praias/Piscinas

Efectuaram-se diversas idas à praia (Buarcos, Figueira da Foz e Praias Fluviais). Estas atividades foram direcionadas para os clientes de CACI, CATL Integrado, SAD, Lar Residencial.



2.2.9. Mês de Setembro

Dia 21- A APPACDM de Soure no Dia do Município foi reconhecida com um alvará e medalha de honra- Grau Prata, como exemplo e referência no âmbito social;

Dia 23- Os clientes de Lar Residencial e RAI foram assistir ao concerto do Toy, nas Festas de S. Mateus;

Dia 25- Participação de alguns clientes da Formação Profissional no Programa da SIC –Esperança, através de uma candidatura ao Projeto “3º sector mais sustentável”;

Dia 26- O IPDJ (Instituto Português do Desporto I.P), no âmbito da Semana Europeia do Desporto, promoveu diversas iniciativas. A Appacdm de Soure, levou a cabo no dia do Desporto Inclusivo uma aula de aeróbica, lecionada pela professora Eva Galvão;

2.2.10. Mês de Outubro

Dia 10- Comemoração do Dia Mundial da Saúde Mental. Os clientes de CACI, desenvolveram atividades no âmbito da cozinha pedagógica, e distribuíram bolachas em troca de abraços, como forma de sensibilização da comunidade para os problemas da saúde mental;

Dia 19- Os clientes de CACI, Lar Residencial e RAI participaram no âmbito da Campanha “Outubro Rosa” na caminhada da Liga Portuguesa Contra o Cancro;

Dia 31- Festejos de Halloween.

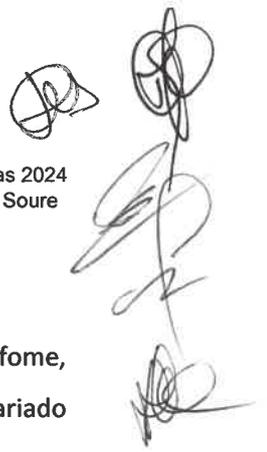
2.2.11. Mês de Novembro

Dia 5- Todos os clientes da APPACDM de Soure, participaram na 12ª Edição do Exercício Nacional “a terra treme”, promovida pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC), através de um simulacro, com a colaboração dos Bombeiros Voluntários de Soure;

Dia 28- A convite da Soure Mov, os clientes de CACI, Lar Residencial, RAI e Formação Profissional participaram na “Caminhada do Dia da Alimentação Saudável”, que decorreu na Freguesia de Soure. Seguiu-se um almoço convívio nas Instalações da APPACDM de Soure;

Dia 11- Magusto da APPACDM de Soure em que participaram os clientes e formandos de todas as respostas sociais, seguido de baile e muita animação;

Dia 29- Os clientes de CACI participaram num Programa da Rádio Popular de Soure, levando enfeites de Natal para decorar a árvore deste meio de comunicação social.



2.2.12. Mês de Dezembro

Dia 30 de Novembro e 2 de Dezembro- Participação na Campanha alimentar contra a fome, levada a cabo pelo Banco Alimentar. Os clientes de Lar Residencial e RAI fizeram voluntariado no Pingo Doce de Soure;

Dia 2 e 9- Atuação da Tuna da APPACDM de Soure nas ERPIS da Santa Casa da Misericórdia de Soure;

Dia 3- Na celebração do Dia Internacional da pessoa com Deficiência, a APPACDM de Soure em parceria com o Agrupamento de Escolas Martinho Áreas, desenvolveu um tema a trabalhar ao longo de 2024/25, "Somos todos da Mesma Rua". Dia 3 foi o lançamento dessa campanha, que será apresentada a todos os alunos do pré-escolar do Concelho de Soure, por uma equipa disciplinar;

Dia 3- Atuação do Grupo de Danças e Cantares da APPACDM de Soure na Santa Casa da Misericórdia do Alvorge, a convite do CACI;

Dia 14- Jantar de Natal de colaboradores, tendo como principal surpresa o jantar ser servido pelos membros da Direção.

Dia 17- Tradicional Festa de Natal de clientes, colaboradores e direção, em que se celebrou a Missa Natalícia, seguida do almoço convívio e entrega de prendas;

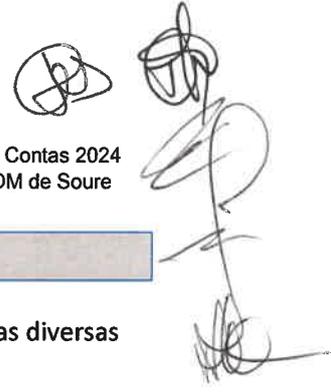
Dia 22- A Banda de Soure veio apresentar as "tradicionalis" boas Festas aos clientes e colaboradores de Lar Residencial e RAI;

Dia 24- Entrega de prendas aos clientes de Lar Residencial e RAI pela Diretora Técnica e Responsável pela Resposta, assim como pelos membros da Direção, seguida de jantar festivo.

Durante todo o mês de Dezembro a APPACDM participou em diversos eventos, promovidos pela Autarquia, nomeadamente:

Dia 6- Arruada dos Batukes e atuação da Tuna da APPACDM de Soure nos Cantares ao Menino;

Dia 10- Concerto de Natal, pela Orquestra Clássica do Centro, promovido pela Câmara Municipal de Soure.



3. Recursos Humanos

No ano de 2024 a Instituição procedeu à contratação de alguns colaboradores, para as diversas respostas sociais, nomeadamente:

- Drielle Costa- Fisioterapeuta- 01/02/2024
- Maria Eliza Santana- Lar Residencial- 23/04/2024
- Graciete Mesquita- Lar Residencial- 29/04/2024
- Inês Sabino- Terapeuta Ocupacional- 09/09/2024
- Vitória Pelarigo- Animadora- 23/09/2024
- Imany Simões- Lar Residencial- 04/11/2024

Estas contratações tiveram como propósito reforçar a equipa de trabalho da APPACDM de Soure que, no final do ano de 2024 contava no seu quadro de pessoal com um total de 70 trabalhadores.

4. Equipamentos e Infraestruturas

4.1. Infraestruturas

No que se refere às estruturas físicas, destaque-se que foram efectuadas obras de manutenção e requalificação do edifício do Lar Residencial, sendo de destacar a substituição do telhado. Foram ainda concluídas no decorrer do ano de 2024 as obras de substituição do telhado no edifício sede (CACI), seguidas da instalação de painéis fotovoltaicos. Em relação aos outros equipamentos, foram efetuadas obras tendo em conta a melhoria continua dos espaços, nomeadamente nos edifícios da RAI e do CATL.

5. Assembleias-gerais

- No dia 26 de Março realizou-se uma Reunião Ordinária da Assembleia Geral, que teve como ordem de trabalhos a Apreciação e Votação da Proposta de Relatório e Contas da Direcção relativa ao Exercício do ano de 2023, acompanhado do Parecer do Conselho Fiscal.
- No dia 29 de Novembro realizou-se uma Reunião Ordinária da Assembleia Geral, a qual teve por fim a Apreciação e Votação das Propostas de Orçamento e de Plano de Actividades para o Exercício de 2025, acompanhadas do parecer do Conselho Fiscal.
- No dia 20 de Dezembro realizou-se a Assembleia Geral Eleitoral: Eleição dos Corpos Sociais para o quadriénio 2025/2028

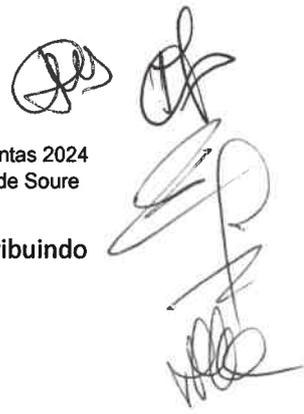
6. Parceiros

▪ Avaliação do plano de parcerias

No que concerne às parcerias, durante o ano de 2024 estas foram cumpridas e tiveram a sua eficácia comprovada. Destacamos a sua importância para a concretização e enriquecimento do plano de actividades e melhoria da qualidade de vida dos nossos clientes. Destaque-se ainda o funcionamento de uma das nossas respostas sociais num edifício cedido pela Câmara Municipal de Soure e a colocação de formandos em contexto de trabalho em empresas concelhias (Associação Empresarial de Soure) e em Instituições congéneres (Cooperativa “Deliciosas Diferenças”, Santa Casa da Misericórdia de Soure, Casa do Povo de Vila Nova de Anços, Associação da Vinha da Rainha). Destacamos ainda a Parceria com os Supermercados LIDL e Pingo Doce, que nos permite a recolha de bens alimentares e não alimentares doados, dando cumprimento à nossa Política de Responsabilidade Social, e que é fulcral na sustentabilidade económica da Instituição.

Não podemos deixar de salientar a parceria com a Banda do Cercal, com os seus músicos, que nos permitiu gravar a música das Marchas da Vila 2024.

Também queremos agradecer à cabeleireira Carla Costa e Sofia Gaspar, bem como à maquilhadora Liliana Porto e Margarida Ferreira que se disponibilizam, desde 2019, para tornar



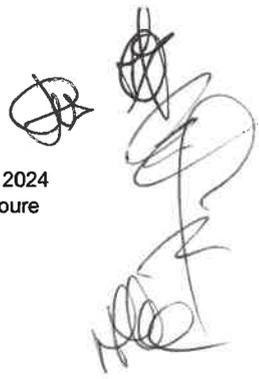
todos os elementos da Marcha da Appacdm de Soure mais belos e com outra luz, contribuindo para o sucesso da mesma.

7. Considerações Finais

A Direção da APPACDM de Soure quer expressar o seu agrado pelo nível de realização do Plano de Actividades, que é sem dúvida um indicador seguro da coesão e do grau de empenhamento de todos aqueles que, de um modo ou de outro, tornaram possível a concretização dos objectivos a que nos propusemos. Deste modo, a presente Direção, quer expressar os seus sinceros agradecimentos a todos os que com ela colaboraram na concretização dos seus objectivos, nomeadamente: aos colaboradores, pais e familiares dos clientes, aos sócios, parceiros e amigos da Instituição, aos organismos públicos, privados e, particularmente, ao Instituto de Segurança Social, ao Instituto de Emprego e Formação Profissional, ao INR, à Câmara Municipal de Soure, à Junta de Freguesia de Soure, à Caixa de Crédito Agrícola de Pombal, Bombeiros Voluntários de Soure, ao Padre José Cunha, Banco Alimentar Contra a Fome, Pingo Doce, LIDL, ao Eng^a Ilídio Seco (no desenho e candidatura a Projetos) bem como às Empresas que pontualmente conosco colaboram e a todos aqueles que, de algum modo, estiveram sempre presentes com o seu apoio e espírito de solidariedade.

A atual Direção agradece o empenho e dedicação de todos os Órgãos Sociais que nos antecederam, nomeadamente o Dr. Santos Mota, que liderou equipas sucessivas ao longo dos últimos 20 anos.

Conscientes do muito que há ainda por fazer, consideramos positiva a avaliação do exercício relativo ao ano de 2024.



Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Soure



PARTE II

ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA 2024

I. Introdução

De acordo com o elencado no artigo 27.º dos Estatutos da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Soure, presta-se desta forma a informação aos seus associados, quer da sua posição financeira, evidenciada no Balanço, quer do seu desempenho económico, refletido na Demonstração de Resultados.

O presente relatório financeiro, referente ao exercício de 2024, tem como objetivo apresentar de forma clara e transparente a situação financeira da instituição.

Ao longo deste relatório abordaremos os principais indicadores financeiros, a análise dos rendimentos e gastos, bem como as áreas de investimento.

Temos como objetivo, neste ponto das demonstrações financeiras:

- **Explicitar** os aspetos mais relevantes da atividade financeira da Associação, no que concerne ao desempenho económico-financeiro, nos domínios dos rendimentos / receitas, dos gastos / despesas e de tesouraria;
- **Apresentar** de forma apropriada e verdadeira a situação económico-financeira relativa ao exercício analisado a evolução de gestão no que respeita ao investimento, dividas de curto e médio ou longo prazo e condições de funcionamento;
- **Mostrar** as Demonstrações Financeiras de 2024, elaborados no âmbito da Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL)

II. Enquadramento Macroeconómico em 2024 e Perspetivas de Evolução

“O crescimento da economia portuguesa em 2024 continuou acima da média dos países da União Europeia e da Zona Euro. O crescimento verificado foi sustentado, sobretudo, no consumo, com um contributo nulo do investimento. Em 2024, o nível da inflação em Portugal também se voltou a aproximar da meta de médio prazo do BCE de 2%, depois de em 2023 se ter situado em 5.3%, o que resultou, sobretudo, de menores pressões externas nos preços.”

PWC – Dezembro de 2024

III. Contexto e enquadramento legal

O Dec. Lei nº 36-A/2011 de 9 de março, aprovou o regime de normalização contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo – ESNL – que corresponde à criação de regras contabilísticas próprias, aplicáveis especificamente às entidades que prossigam, a título principal, atividades sem fins lucrativos e que não possam distribuir aos seus membros ou contribuintes qualquer ganho económico ou financeiro direto.

Em junho de 2013, foi publicada a Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, a qual foi transposta para a nossa legislação interna, por via da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. Este visou um conjunto de alterações ao nível do SNC, designadamente a alteração e republicação do Decreto-Lei n.º 158/2009, introduzindo, no âmbito do mesmo, questões relativas às ESNL e a alteração do Decreto-Lei n.º 36-A/2011. No seguimento desta publicação, são alterados os instrumentos que integram o SNC-ESNL, por via da publicação de novas Portarias e Aviso, para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016.

O ato de prestar contas, para além da divulgação de informação consiste em reconhecer e assumir com responsabilidade e transparência os impactos das políticas, decisões, ações e desempenho a eles associados.

Os princípios contabilísticos aplicáveis às ESNL, justifica-se pelo importante papel e peso que estas entidades desempenham na economia.

Assim, a informação financeira das entidades é apresentada através das demonstrações financeiras que retratam os efeitos financeiros de toda a atividade desenvolvida no período em análise.

Esta informação deve ser:

- a) **compreensível** - os utentes devem entender sem dificuldade a informação contida nas DF;
- b) **relevante** – deve ser um fator preponderante para a tomada de decisões;
- c) **fiável** - deve estar isenta de erros materiais, traduzindo fidedignamente a realidade que pretende representar;
- d) **comparável** –deve permitir ao utilizador confrontar a informação financeira em períodos diferentes, da mesma entidade, ou de entidades diferentes;

IV. Rendimentos e gastos

Rendimentos e Ganhos

Rúbricas	2024	2023	Orçamento	Ex.O.
Vendas	7 986,64	10 937,16	10 837,16	-26,30%
Prestações de Serviço	280 698,28	265 918,39	273 434,11	2,66%
Subsídios à Exploração	1 832 458,59	1 748 795,83	1 732 843,34	5,75%
Outros rendimentos e ganhos	62 390,25	28 953,73	4 337,11	1338,52%
Total	2 183 533,76	2 054 605,11	2 021 451,72	8,02%

A rúbrica de subsídios é sem dúvida e como não podia deixar de ser, a rúbrica de maior relevo nos rendimentos desta instituição, atingindo em 2024 cerca de 83% dos rendimentos.

A execução orçamental da receita foi de 108%, isto é, foram obtidos 8% de rendimentos do que o previsto.

Gastos e Perdas

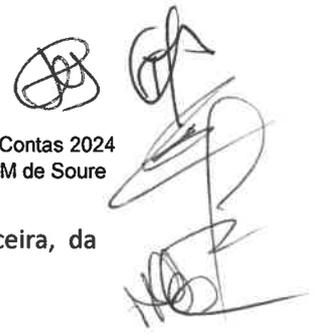
Rubricas	2024	2023	Orçamento	Ex. O.
Custo das mercadorias vendidas	316 233,67	304 740,64	257 659,34	22,73%
Fornecimentos e serviços externos	272 540,34	275 404,09	334 412,76	-18,50%
Gastos com o pessoal	1 232 564,04	1 086 239,08	1 114 266,19	10,62%
Imparidades dividas a rec(perdas reversões)	11 562,84	10 796,15	0,00	
Provisões (Aumentos/ Reduções)	0,00	0,00		
Outros gastos e perdas	229 047,82	162 175,60	275 882,66	-16,98%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	51 717,85	26 377,22	39 157,05	32,08%
Juros e gastos similares suportados	2 063,94	2 839,94	4 334,20	-52,38%
Total	2 115 730,50	1 868 572,72	2 025 712,20	4,44%

A estrutura de gastos apresenta um total de 2.115.730,50€. Tendo havido um aumento de cerca de 247 mil euros. Os maiores aumentos estão refletidos nos gastos com o pessoal e nos Outros gastos onde estão inclusas as bolsas e demais encargos com formandos. De realçar que nos Gastos está 1 mês de formação iniciada em dezembro de 2024, com o novo programa de formação – Pessoas 2030.

Aqui a execução orçamental foi de 104,44%.

V. Demonstrações Financeiras

Balço				
Rubricas	Notas	2024	2023	
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	6	2 755 763,55	2 777 672,71	
Ativos fixos intangíveis	7	0,00	0,00	
Investimentos financeiros	8	12 816,97	12 816,97	
Subtotal		2 768 580,52	2 790 489,68	
Ativo corrente				
Inventários	11	16 156,12	17 798,95	
Clientes e utentes	15.7	60 914,35	64 426,28	
Estado e outros entes públicos	15.4	1 463,26	1 805,17	
Fundadores / Beneméritos/ Membros		3 586,00	3 586,00	
Outros créditos a receber	15.1	163 626,57	178 511,34	
Diferimentos		6 738,76	2 809,45	
Caixa e depósitos bancários	15.2	120 388,99	141 354,11	
Subtotal		372 874,05	410 291,30	
Total do ativo		3 141 454,57	3 200 780,98	
Fundos Patrimoniais				
Fundos				
Fundos	4.2.5	48 173,37	48 173,37	
Resultados transitados	4.2.5	827 614,05	671 003,92	
Excedente de revalorização	4.2.5	1 730 972,28	1 730 972,28	
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	4.2.5	150 333,73	233 737,70	
Subtotal		2 757 093,43	2 683 887,27	
Resultado líquido do período		67 803,26	186 032,39	
Total dos fundos patrimoniais		2 824 896,69	2 869 919,66	
Passivo				
Passivo não corrente				
Financiamentos obtidos	9	17 608,14	25 238,04	
Subtotal		17 608,14	25 238,04	
Passivo corrente				
Fornecedores	15.3	44 294,65	54 806,62	
Estado e outros entes públicos	15.4	33 609,25	30 815,93	
Financiamentos obtidos	9	11 121,27	14 379,84	
Outras contas a pagar	15.1	209 924,57	205 620,89	
Subtotal		298 949,74	305 623,28	
Total do passivo		316 557,88	330 861,32	
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3 141 454,57	3 200 780,98	

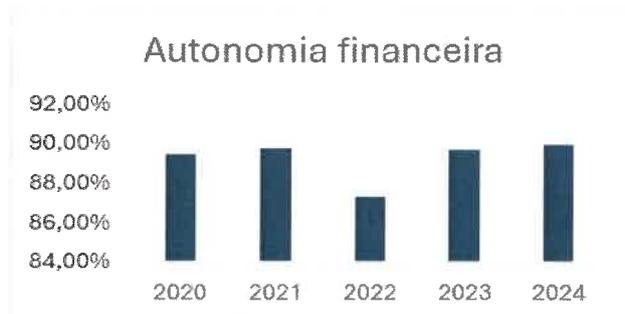


Este Balanço é a imagem verdadeira e apropriada, da posição económico financeira, da APPACDM de Soure à data de 31.12.2024.

Uma análise necessariamente sumária do Balanço apresentado justifica as seguintes observações:

- a) A maior rubrica do Ativo, são os Ativos não correntes (Bens de Investimento) que representam aproximadamente 88% do Balanço;
- b) Sendo o Passivo, as obrigações presentes da entidade, representam cerca de 10% do Ativo.
- c) A maior rubrica do Passivo é a do Passivo Corrente, que demonstra o que esta Associação terá de pagar no curto prazo, e que totaliza 303.032,39€, onde estão incluídos fornecedores, Estado, financiamento de curto prazo e outros credores, sendo cerca de 9,6% do Balanço;
- d) Os Fundos Patrimoniais representam 90% do Ativo (Autonomia Financeira).

Da análise ao Balanço, podemos concluir que, esta Instituição, tem uma autonomia financeira favorável e também o rácio de solvabilidade, indicador da proporção relativa dos ativos da instituição financiados por fundos patrimoniais versus financiados por capitais alheios, está acima dos 5 por cento, o que demonstra que a instituição tem capacidade para solver as suas obrigações a médio e longo prazo.

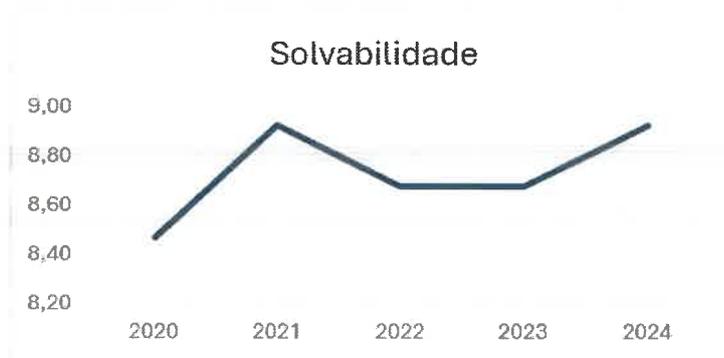


A **autonomia financeira** mostra-nos a relação que existe entre o capital próprio e o ativo líquido de uma empresa, isto quer dizer qual é a percentagem do capital próprio que serve para financiar a atividade de uma empresa $\text{Rácio de Autonomia Financeira} = \frac{\text{Capital Próprio}}{\text{Ativo Líquido}}$, sendo o valor aceitável pela generalidade, entre 30% a 60%. A, a autonomia da APPCDM de Soure está agora a aproximar-se dos 90%.

Solvabilidade - Mede a relação entre os capitais próprios e os capitais alheios de uma entidade. A gestão deste indicador financeiro é importante por forma a não colocar em causa a continuidade



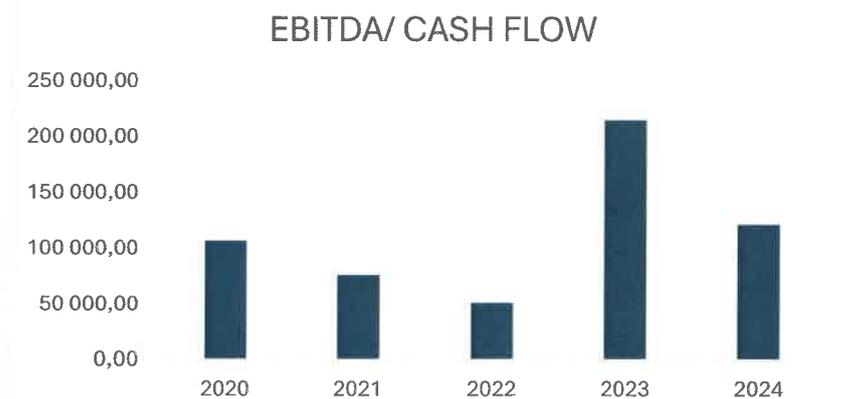
da entidade, no médio ou no longo prazo. A solvabilidade será tanto maior quanto maior for o valor deste rácio. Um valor muito baixo pode indiciar uma fraca viabilidade da entidade no futuro, pois significa uma elevada fragilidade económico-financeira, sendo que os valores se consideram razoáveis quando superiores a 1, o que significa que o Capital Próprio (Fundos próprios) é superior aos capitais alheios. O rácio de solvabilidade da APPACDM de Soure, situou-se acima de 8



Demonstração de Resultados

Demonstração dos Resultados por Natureza				
Rendimentos e Gastos	Notas	2024	2023	
Vendas e serviços prestados	12	288 684,92	276 855,55	
Subsídios à exploração	12	1 832 458,59	1 748 795,83	
Custo merc. vendidas e mat. consumidas	13	-316 233,67	-304 740,64	
Fornecimentos e serviços externos	15.6	-272 540,34	-275 404,09	
Gastos com o pessoal	13	-1 232 564,04	-1 086 239,08	
Imparidades de dividas a receber	15.7	-11 562,84	-10 796,15	
Outros rendimentos	12	62 390,25	28 953,73	
Outros gastos	15.5	-229 047,82	-162 175,60	
Res. antes dep., gastos financiamento e impostos		121 585,05	215 249,55	
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6	51 717,85	26 377,22	
Resultados operacional (antes de fin. e impostos)		69 867,20	188 872,33	
Juros e rendimentos similares obtidos				
Juros e gastos similares suportados	10	2 063,94	2 839,94	
Resultados antes de impostos		67 803,26	186 032,39	
Imposto sobre o rendimento do exercício	4.2.8	0,00	0,00	
Resultados líquido do período		67 803,26	186 032,39	

A EBITDA em 2024, diminuiu em relação a 2023, ainda assim atingiu o montante de 121.585 euros.





Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa, pretende responder à questão: **Como é que a Instituição gerou dinheiro e onde é que o aplicou?**

Está, portanto, associada a uma perspetiva de tesouraria (pagamentos/ recebimentos), explica a variação das contas de caixa (caixa e depósitos) entre o início e o fim do exercício económico, e mostra, tal como a Demonstração de Resultados o desempenho da Instituição no ano de 2024.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais	
Recebimentos de utentes e clientes	306 611,53
Pagamentos a fornecedores	314 960,30
Pagamentos a pessoal	875 122,24
Outros recebimentos/pagamentos	-774 378,72
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	-1 657 849,73
Fluxos de caixa das atividades de investimento	
Pagamentos respeitantes a:	
Ativos Fixos Tangíveis	0,00
Ativos intangíveis	
Investimentos financeiros	
Recebimentos provenientes de:	
Subsídios de investimento	8 680,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	8 680,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	
Recebimentos provenientes de:	
Apoios financeiros obtidos	1 641 157,02
Cobertura de prejuízos	
Pagamentos respeitantes a:	
Financiamentos obtidos	10 888,47
Juros e gastos similares	2 063,94
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	1 628 204,61
Varição de caixa e seus equivalentes (4)= (1)+(2)+(3)	-20 965,12
Caixa e seus equivalentes no início do período	141 354,11
Caixa e seus equivalentes no fim do período	120 388,99

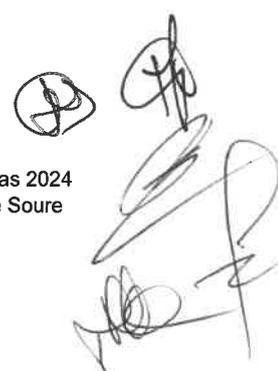
Demonstração das alterações dos Fundos Patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS EM 2024

Descrição	Fundos	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações	Res. Liq. Período	Total
Posição no início do período 01-01-2024	48 173,37	671 003,92	1 730 972,28	233 737,70	186 032,39	2 869 919,66
Alterações no período						
Ajustamentos por impostos diferidos						
Outras alterações reconhecidas no FP	0,00	156 610,13	0,00	-83 403,97	-186 032,39	-112 826,23
	0,00	156 610,13		-83 403,97	-186 032,39	-112 826,23
Resultado líquido do período					67 803,26	67 803,26
Resultado Integral	0,00	156 610,13		-83 403,97	-118 229,13	-45 022,97
Realização de Fundos						0,00
	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período 31-12-2024	48 173,37	827 614,05	1 730 972,28	150 333,73	67 803,26	2 824 896,69

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS EM 2023

Descrição	Fundos	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Outras variações	Res. Liq. Período	Total
Posição no início do período 01-01-2023	48 173,37	554 695,89	809 245,51	373 480,74	9 559,11	1 795 154,62
Alterações no período						
Ajustamentos por impostos diferidos						
Outras alterações reconhecidas no FP	0,00	116 308,03	921 726,77	-139 743,04	-9 559,11	888 732,65
	0,00	116 308,03	921 726,77	-139 743,04	-9 559,11	888 732,65
Resultado líquido do período					186 032,39	186 032,39
Resultado Integral	0,00	116 308,03	921 726,77	-139 743,04	176 473,28	1 074 765,04
Realização de Fundos						0,00
	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
Posição no fim do período 31-12-2023	48 173,37	671 003,92	1 730 972,28	233 737,70	186 032,39	2 869 919,66



VI. Anexo

1. Identificação da Entidade

Denominação: Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Soure (APPACDM de Soure)

NIPC - 505391180

2. Sede :Rua António José Carvalho Ventura nº 8 – 3130-261 Soure

Natureza: A APPACDM de Soure é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de IPSS com estatutos publicados no Diário da República n.º 25/02, Série II. Tem como valências / respostas sociais e outras atividades: o Centro de Atividades Ocupacionais, o Serviço de Apoio Domiciliário, o Lar Residencial, o Centro de Atividades de Tempos Livres, o Centro de Recursos para a Inclusão, a Formação Profissional, a Empresa de Jardinagem - Jardinsoure, para que possa prosseguir os seguintes objetivos:

Promover a integração na sociedade do cidadão com deficiência mental, no respeito pelos princípios de normalização, personalização, individualização e bem-estar;

Promover o equilíbrio das famílias dos cidadãos com deficiência mental;

Sensibilizar e corresponsabilizar a sociedade e o estado, nas suas várias formas, no papel que lhes cabe na resolução dos problemas do cidadão com deficiência mental e respetiva família:

Partilhar lugares comuns

Fazer escolhas

Desenvolver capacidades

Defender e promover os reais interesses e satisfação das necessidades do deficiente mental nas instituições, no trabalho, no lar e na sociedade, tendo como princípios básicos:

Ser tratado com respeito e ter um papel socialmente valorizado;

Crescer nas relações

Sensibilizar os pais e famílias, motivando-as para a defesa dos direitos dos seus familiares e apetrechando-os para a assunção das responsabilidades que lhes cabem, na condução de uma perspetiva de educação permanente na escola e na família;

Humanizar e normalizar as estruturas de resposta de modo a desenvolverem meios não restritivos para o deficiente mental;

Defender e promover a necessária adequação da legislação portuguesa e comunitária, no sentido de serem reconhecidos e respeitados os direitos e deveres do cidadão deficiente mental;

Promover atividades culturais, recreativas, desportivas, de lazer e tempos livres.

3. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2024 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);

Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;

Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;

NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;

Normas Interpretativas (NI)

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que à data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

Assim, a Entidade preparou o Balanço de abertura de 1 de janeiro de 2012 aplicando as disposições previstas na NCRF-ESNL. As Demonstrações Financeiras de 2011 que foram preparadas e aprovadas, de acordo com o referencial contabilístico em vigor naquela altura, foram alteradas de modo que haja comparabilidade com as Demonstrações Financeiras de 2011.

4. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

4.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

4.1.1 Regime do acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrerem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a



estrutura concetual, independentemente do momento de pagamento ou recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “ Devedores e credores por acréscimos ” e “Diferimentos”.

4.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

4.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

4.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

4.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

4.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

4.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretenda relatar. Mesmo que sujeita a riscos deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

4.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

4.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	5
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

4.2.2. Investimentos financeiros

4.2.3. Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e ou doação, e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que se destinam a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

4.2.4 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros



As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Cientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)



Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

4.2.5 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;

fundos acumulados e outros excedentes;

subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

4.2.6 Provisões

4.2.7 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou

Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.



Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.1. das Políticas Contabilísticas. Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (poe exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto. Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

4.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;

b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor-geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;

c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21,5% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2009 a 2012 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

6. Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público:

Descrição
Edifício sede
Edifício do Lar Residencial
Viaturas (6)
Diverso equipamento básico

Descrição	2023-12-31	Adições	Abates	Transf ^a	2024-12-31
Terrenos e recursos naturais	449 456,64				449 456,64
Edifícios e outras construções	1 347 621,10	29 808,69			1 377 429,79
Equipamento básico	123 665,61				123 665,61
Equipamento de transporte	296 441,63				296 441,63
Equipamento administrativo	207 045,58				207 045,58
Outros ativos fixos tangíveis	1 006 784,09				1 006 784,09
Ativo tangível bruto	3 431 014,65	29 808,69			3 460 823,34
Depreciações acumuladas	653 341,94	51 717,85			705 059,79
Ativo tangível líquido	2 777 672,71	-21 909,16	0,00	0,00	2 755 763,55

7. Ativos Intangíveis

Não existe informação relevante

8. Ativos Financeiros

Descrição	2023-12-31	Adições	Abates	Transf ^a	2024-12-31
FCT	12816,97	0,00			12 816,97
Investimentos financeiros	12 816,97	0,00			12 16,97

9. Locações

A Entidade detemos seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira, em 31.12.2024:

Descrição	Custo de Aquisição	Ano de Aquisição	Valor em Dívida
Viatura MAN	76.198,59	2022	28.729,41

10. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

FINANCIAMENTOS OBTIDOS 31-12-2024	TOTAL
CGD - Leasing - viatura MAN	2 063,94
Total	2 063,94

11. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

INVENTÁRIO	2024			2023		
	Mercadoria	MP	Total	Mercadoria	MP	Total
Saldo Inicial	0,00	11 798,95	11 798,95	0,00	705,05	705,05
Compras/ doações	1 526,62	319 064,22	320 590,84	1 564,79	320 269,75	321 834,54
Regularizações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final	0,00	16 156,12	16 156,12	0,00	17 798,95	17 798,95
Gastos do período	1 526,62	314 707,05	316 233,67	1 564,79	303 175,85	304 740,64

12. Réditos e outros rendimentos

Rúbricas	2024	2023	Orçamento	Ex.O.
Vendas	7 986,64	10 937,16	10 837,16	-26,30%
Isentas	3 363,84			
Fornecimento de refeições	4 622,80			
Prestações de Serviço	280 698,28	265 918,39	273 434,11	2,66%
Gerais	13 674,60			
CACI	49 574,01			
CATL	35 466,78			
LAR	76 453,75			
RAI	9 348,42			
SAD	10 104,63			
Jardinsoure	72 683,09			
Promoções captação recursos	9 045,00			
Souremov	4 348,00			
Subsídios à Exploração	1 832 458,59	1 748 795,83	1 732 843,34	5,75%
ISS Centro Distrital	909 776,14	816 248,20		
CATL	23 941,07			
CACI	408 320,83			
LAR	353 764,38			
RAI	79 756,03			
SAD	43 993,83			
DGESTE / CRI	21 146,00	19 334,73		
INR	2 727,10	1 463,20		
IEFP	92 012,55	110 523,57		
Município de Soure	39 132,01	32 140,82		
Apoio lar residencial	11 659,34			
Souremov	12 306,00			
Outros	6 486,67			
Apoio ao investimento	8 680,00			
POISE	537 317,76	517 345,45		
Doações	230 227,03	247 696,11		
Outros	120,00	4 043,75		
Outros rendimentos e ganhos	62 390,25	28 953,73	4 337,11	1338,52%
Consignação de IRS	3 716,25	3 252,83		
Sub alimentação em espécie	57 474,00	21 648,90		
Outros	1 200,00	4 052,00		
Total	2 183 533,76	2 054 605,11	2 021 451,72	8,02%

No quadro acima pode fazer-se a análise minuciosa de onde vieram estes apoios, destacando-se a Segurança Social com 909.776€. Atendendo ao princípio contabilístico da especialização do exercício já estão contabilizados, e demonstrados no quadro, valores a imputar em 2024 mas a receber em 2025.

13. Benefícios dos empregados

Gastos com pessoal	2024	2023
Remunerações do pessoal	1 008 394,39	890 278,70
Encargos com remunerações do pessoal	212 268,98	189 266,62
Seguros de Ac trabalho	9 661,93	5 015,38
Outros gastos	2 238,74	1 678,38
Total	1 232 564,04	1 086 239,08

O número médio de pessoas no quadro de pessoal foi de 70.

14. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

15. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações

15.1. Outros devedores e credores

Outros créditos a receber	31-12-2024
POISE	153 199,31
SS PRR	7 500,00
Outros devedores	2 927,26
Total	163 626,57

Outras dívidas a pagar	31-12-2024
Remunerações a liquidar	163 576,50
Credores p Acréscimos de Gastos	2 674,40
POISE	32 580,92
Outros Credores	11 092,75
Total	209 924,57

15.2. Caixa e Depósitos Bancários

Disponibilidades	2024
Caixa	0,00
DO - CA 7190	8 648,64
DO - CA 6974	6 657,22
DO - CA 8898	104 407,31
DO - CGD	675,82
Total	120 388,99

15.3. Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é de 44.294,65€

15.4. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	31-12-2024
Ativos	
Imposto sobre o valor acrescentado	1 463,26
Imposto sobre o rendimento	
Outros impostos	
Total do ativo	1 463,26
Passivos	
Imposto sobre o rendimento retido - IRS	4 362,83
Imposto sobre o valor acrescentado	3 768,94
Outros	569,51
Contribuições para a segurança social	24 907,97
Total do passivo	33 609,25
Total líquido	-32 145,99

15.5. Outros gastos e perdas

Outros gastos	2024	2023
Impostos	3 671,48	
Donativos	11 014,79	
Formação	212 699,27	
Outros	1 662,28	
Total	229 047,82	162 175,60

15.6. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos”, foi a seguinte:

FSE			
Rubricas	2024	2023	variação
Serviços especializados	98 274,81	79 590,82	23,48%
Trabalhos especializados	19 211,59	14 102,86	
Publicidade	498,18	333,40	
Vigilância e segurança	938,12	0,00	
Honorários	40 916,48	41 756,73	
Comissões	214,23	0,00	
Conservação e reparação	36 491,21	23 022,78	
Outros	5,00	375,05	
Materiais	13 916,00	15 047,39	-7,52%
Ferramentas e utensílios	5 704,81	6 997,93	
Livros e doc técnica	0,00	937,94	
Material de escritório	8 030,68	5 771,66	
Artigos oferta	0,00	1 339,86	
Outros	180,51	0,00	
Combustíveis	66 441,24	73 861,37	-10,05%
Eletricidade	11 864,81	19 800,09	
Combustíveis	37 134,24	41 824,08	
Água	1 179,38	784,52	
Gás	16 253,81	11 337,73	
Outro (óleos)	9,00	114,95	
Deslocações, estadas transportes	1 110,84	15 721,82	-92,93%
Serviços diversos	92 797,45	46 745,17	98,52%
Rendas e alugueres	41 762,72	7 789,93	
Comunicação	10 414,44	5 897,95	
Seguros	5 893,23	12 192,37	
Contencioso e notariado	135,00	459,26	
Limpeza, higiene e conforto	5 098,24	19 753,92	
Outros	29 493,82	651,74	
ATL	9 569,97		
Soure Mov	13 037,18		
Marchas	1 602,14		
Outros	5 284,53	3 848,05	37,33%
Total	272 540,34	234 814,62	16,07%

15.7. Clientes e Imparidades

O valor das contas em dívida dos clientes totaliza 60 914,35€, subtraído das imparidades constituídas por cobrança duvidosa, no montante de 11 562,84€.

15.8. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2024.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Esta entidade tem a sua situação regularizada, quer coma a Autoridade Tributária quer com a Segurança Social

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2024 foram aprovadas pela Direção em 21 de Março de 2025.

Soure, 21 de Março de 2025

O Contabilista Certificado



A Direção




Rui Manuel Gomes
Henrique Pires dos Santos Rebelo

A Mesa

CONSELHO FISCAL DA ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO CIDADÃO DEFICIENTE MENTAL DE SOURE

~ PARECER SOBRE O RELATÓRIO DE CONTAS DE 2024 ~

Em conformidade com os estatutos, cumpre ao Conselho Fiscal dar Parecer sobre o Relatório de Contas de 2024, apresentado pela Direcção da APPACDM de Soure.

Durante o exercício económico de 2024, procurámos acompanhar a actividade da Associação, através da verificação de registos contabilísticos e outros elementos informativos relevantes, fornecidos pela Direcção.

Face aos elementos a que tivemos acesso, somos da opinião que os documentos aqui apresentados estão de acordo com as disposições contabilísticas aplicáveis.

Assim, na sede desta Instituição, aos vinte e um de março de dois mil e vinte e cinco, reuniu o Conselho Fiscal, tendo decidido dar Parecer Favorável ao Relatório de Contas de 2024.

O Conselho Fiscal,

